



## *Estratégias de intervenção em serviço social na perspectiva emancipatória na atual fase do capitalismo<sup>1</sup>*

**Josefa Batista Lopes<sup>2</sup>**

**Marina Maciel Abreu<sup>3</sup>**

**Franci Gomes Cardoso<sup>4</sup>**

---

**Resumo:** Aborda a intervenção profissional do Serviço Social, na perspectiva emancipatória, no Brasil, na atual fase do capitalismo. Discute estratégias, considerando a função pedagógica que a profissão exerce nessa dimensão na análise sobre: a) o processo interventivo nas instituições de organização da classe trabalhadora e, b) a mobilização e a educação popular na intervenção profissional.

**Palavras Chave:** Estratégias de Intervenção, Serviço Social, Práxis, Emancipação Humana, Capitalismo.

**Abstract:** Approaches the professional intervention of Social Service, on the emancipatory perspective, in Brazil, at the current phase of capitalism. Discusses strategies, considering the pedagogical function that the profession exercises in this dimension, on the analysis about: a) the interventional process on the institutions of organization of the working class and, b) the mobilization and popular education at the professional intervention.

**Keywords:** Strategies of Intervention, Social Work, Praxis, Human Emancipation, Capitalism.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado como comunicação oral no XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (XIV ENPESS), realizado em Natal/RN/Brasil, em dezembro de 2014.

<sup>2</sup> Docente aposentada com vinculação ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão  
[josefablopes@uol.com.br](mailto:josefablopes@uol.com.br)

<sup>3</sup> Docente aposentada com vinculação ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão  
[maciel.m@uol.com.br](mailto:maciel.m@uol.com.br)

<sup>4</sup> Docente aposentada com vinculação ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão  
[franci@elo.com.br](mailto:franci@elo.com.br)



## 1. Introdução

Este artigo apresenta um recorte de pesquisas que um grupo de pesquisadores vem realizando sobre o Serviço Social como profissão e área de conhecimento, configurando uma totalidade histórica constituída de quatro dimensões: formação, intervenção, produção de conhecimento e organização política-acadêmica, vinculadas organicamente<sup>5</sup>.

Com abordagem em torno da dimensão interventiva da profissão, central na definição da natureza e identidade do Serviço Social, o artigo resulta da realização de pesquisas teóricas e de resgate da realidade da profissão em seu desenvolvimento histórico no Brasil, através de fontes secundárias e também primárias. Destaca estratégias de intervenção profissional sob a direção da perspectiva emancipatória das classes subalternas, trabalhadoras, considerando a função pedagógica que a profissão exerce nessa dimensão, na análise sobre: a) o processo interventivo nas instituições de organização da classe trabalhadora e b) a mobilização e a educação popular na intervenção profissional. Uma análise pautada na consciência do movimento histórico do processo de constituição dessa direção no contexto do movimento de transformação das relações sociais na atual fase do capitalismo.

A história mostra que essa direção ganhou força no Serviço Social brasileiro, em ruptura com a orientação tradicional conservadora da profissão, na sua origem atrelada, aos interesses das classes dominantes. Como uma tendência hegemônica constituiu-se na profissão no ciclo de lutas sociais classistas, aberto no país, marcadamente, com “a irrupção operária” (FREDERICO, 1991:11) de 1978, as greves dos metalúrgicos de São Paulo, em 1979 e o avanço do pensamento de esquerda na sociedade e nas ciências sociais. Em uma conjuntura de crise do regime ditatorial, vigente desde o golpe militar de 1964, e seu “milagre brasileiro” essa tendência influenciou, profundamente, os movimentos dos trabalhadores nas cidades e no campo a cultura de massas, os intelectuais, as universidades, a Igreja Católica. Os profissionais avançaram no aprofundamento teórico-crítico, na formação profissional, na crítica aos processos concretos da intervenção profissional e na organização política-acadêmica.

Trata-se de um ciclo de lutas inscrito nas lutas emancipatórias iniciadas na América Latina no final da década de 50 do século XX cuja referência histórica é a vitória da Revolução Cubana, em 1959. Essa revolução repercutiu com maior ou menor intensidade nos diferentes países de todo o continente latino-americano, no marco da perspectiva de uma alternativa ao capitalismo, apontada com a vitória da Revolução Russa de 1917 (FERNANDES, 1976: 251). Mas esse ciclo esgotou-se em todo o mundo e também no Brasil, a partir do movimento mundial de administração da crise do

---

<sup>5</sup> Para aprofundamento ver ABREU (2002), LOPES (1978) e CARDOSO (2007), dentre outras obras dessas referências.



capital<sup>6</sup> na primeira metade da década de 70 do século XX e operou uma profunda transformação econômica e ideológica desde então. Na economia, com a reestruturação das relações de produção e de trabalho, hegemonizada pelo capital financeiro, o capital rentista. E, no campo ideológico, a contrarrevolução burguesa orientou a reforma dos Estados nacionais para sustentar e responder às demandas da nova fase da economia; ao mesmo tempo forjava a cultura e a ideologia da chamada pós-modernidade que lhe corresponde, com reorientação em todas as instâncias de sua formação, garantindo, assim, a unidade entre economia e política<sup>7</sup>. Nesse movimento as condições objetivas e subjetivas da luta de classes foram metamorfoseadas com ampla desvantagem para os sujeitos das lutas emancipatórias: as classes subalternas, os trabalhadores.

Assim as condições objetivas e subjetivas da intervenção profissional dos assistentes sociais no exercício da profissão de Serviço Social no Brasil foram profundamente metamorfoseadas, com o fortalecimento dos fundamentos do conservadorismo que apontam para retrocessos também na profissão. E nesse processo, os mecanismos e as mediações de sua vinculação à perspectiva emancipatória, como o Projeto Ético-Político Profissional, ganham conotação de *resistência pela sua sustentação*, enfrentando as condições adversas, com a consciência de que a emancipação é a perspectiva histórica das classes trabalhadoras e de toda a humanidade. Com essa premissa ganham maior relevância as estratégias de intervenção profissional que fortaleçam no Serviço Social essa *resistência* no âmbito do movimento de rearticulação de forças na organização e constituição de um novo ciclo de lutas emancipatórias no Brasil.

## **2 - A natureza interventiva do serviço social como totalidade histórica e a sua função pedagógica: a práxis e o princípio educativo como fundamentos**

O Serviço Social como profissão, inscrito na divisão sociotécnica e política do trabalho, particulariza-se no movimento real totalizante da práxis a partir das mediações que determinam a sua institucionalização e desenvolvimento como um tipo de prática de cunho eminentemente socioeducativo, no enfrentamento da questão social pelas classes sociais em confronto. Historicamente, integra as estratégias de “racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social” (ABREU, 2002:17), objetivadas fundamentalmente por meio de políticas sociais, principalmente a assistência e, ainda de forma reduzida, nos processos de luta e resistência das classes subalternas, trabalhadoras.

---

<sup>6</sup> Para aprofundamento consultar Mészáros (2002).

<sup>7</sup> Gramsci (2000:26) dá uma importante contribuição ao amplo debate que o pensamento marxista dedica à questão da unidade economia e política, da estrutura e a superestrutura. Ver, em especial o Caderno 13.



A categoria práxis, neste trabalho, entendida como fundamento ontológico da natureza do Serviço Social como profissão e área de conhecimento, representa no pensamento marxiano a categoria mais geral que dá conta da totalidade da prática social ou objetivações humanas na produção material e imaterial, na produção e reprodução da sociedade, produção e reprodução da vida social. É, portanto, uma totalidade histórica.

Pela práxis, como “atividade humana sensível” (MARX, 1993:11) e fundamento da vida social, o homem é transformado em sujeito histórico, pois é na práxis que ele “deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento.” (MARX, 1993:12). A vida social processa-se por meio da atividade prática sensível dos homens, como sujeitos históricos, que a realizam sempre no âmbito e através de um conjunto de mediações que determinam a sua inserção particular na totalidade das relações sociais ao mesmo tempo em que exercem influência sobre as mesmas. O trabalho é a principal dessas mediações, pois expressa a forma que a práxis assume em sua origem, mas, não a esgota. (...) assim, a práxis partindo do trabalho, vai além dele, “afirmando potencialidades que se multiplicam num sujeito que se diferencia” (...) “e cria valores que o trabalho por si, não pode criar.” (KONDER, 1992:126).

Sob o ponto de vista da práxis, a prática profissional como totalidade histórica, expressa uma totalidade em menor nível de complexidade, ou seja, uma síntese das relações constituídas e constitutivas das suas dimensões (formação, intervenção, produção de conhecimento e organização política-acadêmica) mediante as quais se materializa nas relações sociais. Cada dimensão traduz uma totalidade ainda em menor nível de complexidade, como uma síntese das relações estabelecidas entre as demais, perpassadas pelas múltiplas mediações que as formam e as particularizam na unidade dessas relações<sup>8</sup>. Deste modo, a totalidade da prática profissional, particulariza-se: pela intervenção direta sobre sequelas da questão social, mediada principalmente pelas condições contraditórias do mercado profissional de trabalho dos assistentes sociais, hoje ampliado e metamorfoseado pelas transformações contemporâneas e suas expressões na precarização das relações de trabalho e refuncionalização das políticas sociais sob a reforma neoliberal do Estado, em que a assistência social é fortalecida e tem centralidade no enfrentamento das desigualdades sociais e controle da pobreza, e se afirma como principal espaço de atuação dos assistentes sociais; pela formação profissional que se desenvolve nas contradições entre as estratégias da atual reforma do Ensino Superior fundadas na flexibilização da educação e da pesquisa para o mercado, que tem na privatização e no avanço do ensino à distância suas principais expressões, e as lutas de resistência e defesa das novas diretrizes curriculares/1996, na perspectiva da educação emancipatória; pela produção do conhecimento impulsionada com a consolidação da pós-graduação em Serviço Social, iniciada em 1972, e avança numa perspectiva crítica

---

<sup>8</sup> As diferentes dimensões do complexo profissional são mediações fundamentais formadoras da cultura profissional, o modo de pensar e agir dos profissionais.



a despeito da Política de Pós-Graduação, que mantém estreita vinculação desse nível de formação à política industrial brasileira e da invasão das teorias pós-modernas e no multiculturalismo que tendem ao reforço ao conservadorismo; e, pela organização político-acadêmica dos assistentes sociais a partir de entidades como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, o Conselho Federal de Serviço Social/ Conselhos regionais de Serviço Social - CFESS/CRESS, e a Entidade Nacional e os Centros Acadêmicos dos estudantes de Serviço Social – ENESSO e CA - sujeitos das transformações históricas que ocorrem na profissão – que ainda mantém a resistência no confronto às forças conservadoras dominantes na sociedade que repercutem na profissão, na defesa e ampliação das conquistas na direção do fortalecimento e do avanço das lutas sociais democráticas e emancipatórias.

Assim, a profissão em sua totalidade, configura-se como um complexo de complexos de determinações

que inserido no movimento real totalizante de uma determinada formação social é transformado por esse movimento no qual ao mesmo tempo contribui para a transformação dessa formação. É, portanto, determinado socialmente e tem uma função na história. (CARDOSO, 2007:33).

Podemos considerar a função pedagógica do Serviço Social como a sua função primeira, mediada pelo atendimento a necessidades contraditórias das classes sociais e através da qual se insere no campo dos processos educativos formadores da cultura e constitui a própria cultura profissional.

Nos termos gramscianos, a cultura significa, modo de viver, de pensar e de sentir a vida, indissociável dos métodos de trabalho (GRAMSCI,2001:266), isto é, sociabilidade (*civiltá*), constituída na luta pela hegemonia, em que o nexo orgânico entre a produção material e a reprodução social, sob uma ordem intelectual e moral, é o núcleo desse processo. Nesse núcleo, constituem mediações fundamentais, dentre outras: a ação educativa, organizativa e diretiva dos intelectuais como elaboradores e difusores de ideologias orgânicas às classes sociais – necessárias para a “homogeneidade e consciência da própria função” (GRAMSCI,2000:15)–cujas relações pedagógicas visam à transformação das ideologias em “bases de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral” (GRAMSCI,1999:95); o conjunto das instituições sociais e políticas, tais como a educação, a família e a religião, consideradas por Mészáros (2002:995) como “as mais fundamentais da sociedade”.

Gramsci, (1999:399), sustenta que “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica”, não limitando-a “às relações especificamente escolásticas”, situa-a “em toda a sociedade em seu conjunto...”. Este pensador e militante marxista aprofunda, em sua análise, a ideia de que “o conceito e o fato do trabalho (atividade teórico-prática é o princípio educativo” (GRAMSCI, 2000:43), na formação de um modo de vida adequado às necessidades e imperativos de um tipo de racionalização da produção e do trabalho, em que a base é um



determinado tipo homem. Racionalidade que é produto do movimento contraditório entre estrutura e superestrutura, em suas expressões particulares, em um momento histórico específico e que exige um conformismo social<sup>9</sup> determinado historicamente. O conformismo social supõe um certo equilíbrio psicofísico que pode ser imposto pelos interesses da acumulação do capital e, por isso, base de uma cultura alienada, subalternizadora; ou estabelecido pela classe trabalhadora, conformismo próprio, que, está na base da organização de uma cultura emancipatória.

A função pedagógica exercida pelos assistentes sociais assimila estratégias pedagógicas que se definem a partir dos projetos socioeducativos e de controle social das classes sociais e as reelaboram nas condições históricas da prática profissional em diferentes modalidades e perfis (ABREU, 2002).

### **3 - O processo interventivo nas instituições de organização da classe trabalhadora**

Os processos concretos de intervenção do assistente social nas instituições de organização da classe trabalhadora são complexos e que podem ocorrer a partir de duas referências institucionais distintas. A primeira refere-se à prática profissional do assistente social, realizada nas instituições de organização autônoma da classe trabalhadora, como empregadora desses profissionais; e a segunda diz respeito à prática que o assistente social desenvolve junto a essas instituições e no movimento de organização da classe trabalhadora, a partir de outras instituições da prática profissional.

No esforço de resgate desses processos, é importante buscar as determinações históricas que orientaram a prática dos assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora no Brasil para, em seguida, identificar e analisar tendências no país, hoje.

O resgate das determinações históricas da intervenção dos assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora, como uma tendência da prática profissional dos assistentes sociais como assalariados no Brasil merece particular atenção em face de dois aspectos centrais. O primeiro deles se configura no significado que têm os fundamentos históricos-políticos dessa tendência na constituição do chamado projeto ético-político do Serviço Social que vincula a profissão à luta das classes subalternas e é hegemônico no meio profissional, desde a década de 80 do século XX, com a sustentação das principais instituições de organização acadêmico-profissional dos assistentes sociais: como dito, a ABEPSS, CFESS/CRESS e as entidades dos estudantes de Serviço Social – ENESSO e CA, ancoradas, em dois instrumentos essenciais, a Lei nº 8662/1993, de regulamentação da profissão, o Código de Ética da Profissão e as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação.

O segundo aspecto se funda no fato de que o projeto conservador da burguesia, sob a hegemonia do capital financeiro, se consolidou e se fortaleceu no Brasil com a

---

<sup>9</sup> Sobre o conformismo social, ver GRAMSCI (2001).





adesão de duas das mais importantes instituições contemporâneas da organização dos trabalhadores no Brasil: o Partido dos Trabalhadores - PT e a Central Única dos Trabalhadores – CUT, a partir do governo de Luís Inácio da Silva, o Lula, fundador e dirigente do PT, desde a sua criação. O destaque aqui se faz necessário porque estas duas instituições da classe trabalhadora no Brasil se constituíram sobre a mesma base histórica do movimento da sociedade a partir da qual se funda no Serviço Social a tendência da prática do assistente social nas organizações da classe trabalhadora e dessas instituições recebeu intensa influência<sup>10</sup>, conforme pode ser verificado em Abramides e Cabral (1995).

O primeiro momento de síntese do processo de constituição dessa tendência de vinculação da profissão à luta e organização dos trabalhadores, orientada pelos interesses dessa classe<sup>11</sup>, se expressa em um contexto econômico e político bastante favorável, no âmbito do movimento de ascensão das lutas sociais populares e, em particular, da organização e luta dos trabalhadores no país.

Nesse momento os assistentes sociais, além de avançarem em sua própria organização como categoria profissional, rumo à organização sindical, encontraram um terreno fértil para avançar na prática profissional, portanto, como assalariados<sup>12</sup>, nas organizações da classe trabalhadora; um trabalho realizado, fundamentalmente, a partir de instituições empregadoras de assistentes sociais abertas a essa tendência da prática profissional e com base na articulação com os movimentos sociais populares da classe trabalhadora, incentivando os processos organizativos e apoiando as suas lutas e reivindicações; mas também, em instituições de organização autônoma da classe trabalhadora.

Contraditoriamente, o ano de 1979, como marco desse momento no Brasil é também o marco do movimento mundial de rearticulação e fortalecimento das forças conservadoras em torno do projeto neoliberal de alcance mundial<sup>13</sup> que, como é sabido, só alcançou efetivamente o Brasil em 1990.

---

<sup>10</sup> No caso da CUT o Serviço Social, através da extinta Associação Nacional dos Assistentes Sociais – ANAS ou das entidades sindicais, participou muito, ativamente, de todo o processo de fundação e consolidação.

<sup>11</sup> Conforme, já é bastante destacado na literatura de Serviço Social, as principais referências desse momento síntese no Serviço Social resultou da Convenção da ABEPSS (então ABESS), realizada em Natal, em 1979, e do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, no mesmo ano.

<sup>12</sup> Anote-se aqui a polêmica que existe no Serviço Social sobre a questão da militância política em relação ao exercício profissional, na qual as análises de Marilda Iamamoto (2002; 1992) se destacam. Trata-se de uma questão que neste espaço da prática profissional se coloca, certamente, não como polêmica acadêmica, mas como desafio real para o profissional, considerando-se a natureza militante do próprio espaço ocupacional e a dimensão política da prática profissional.

<sup>13</sup> Vale lembrar sempre que 1979 é o ano da eleição de Margareth Thatcher para o governo da Inglaterra que vai marcar o início da onda neoliberal no mundo.



Ao alcançar o Brasil, o projeto conservador do capital impôs profunda derrota<sup>14</sup> à luta social pela construção de uma alternativa emancipatória da classe trabalhadora e da humanidade. Como produto dessa derrota tem-se que significativas referências históricas objetivas no campo econômico e político, a partir da reestruturação da produção e do trabalho, foram desarticuladas com a desarticulação dos grandes parques industriais, a exemplo do ABC paulista, berço das greves de 1978, da CUT e do PT na década de 80 (ABREU e LOPES, 2004).

Todo esse processo político, fundado na reestruturação da produção e das relações de trabalho com grande impacto sobre as organizações da classe trabalhadora é de grande relevância na configuração das condições objetivas da prática dos assistentes sociais nessas organizações, sustentando o Projeto Ético-Político Profissional na perspectiva de emancipação humana. A prática desenvolvida por assistentes sociais, como profissionais assalariados no MST, como organização autônoma da classe trabalhadora, indica a persistência e a possibilidade desse espaço de intervenção profissional e pode ser uma das importantes referências para aprofundamento da análise das atuais condições e tendências da prática dos Assistentes Sociais nas organizações da classe trabalhadora.

Os processos interventivos desenvolvidos pelos Assistentes Sociais, tanto nas instituições de organização autônoma da classe trabalhadora como em outras Instituições onde se desenvolve a intervenção, pode orientar-se pela direção político-ideológica de emancipação humana dessa classe, bem como a de sua subalternização pelos setores dominantes.

#### **4- A mobilização e a educação popular como estratégias político-pedagógicas**

A mobilização e a educação popular constituíram eixos centrais nas propostas técnico-pedagógicas que respaldaram os avanços na construção do projeto ético-político profissional do Serviço Social nos anos 1980, na sociedade brasileira, em um contexto de efervescência política e resistência à ditadura militar.

Sob a influência política e intelectual das comunidades eclesiais de base e outros movimentos impulsionados pela Igreja Católica consubstanciados na Teologia da Libertação, a mobilização e a educação popular são retomadas como estratégias político-pedagógicas de capacitação e formação política da classe trabalhadora urbana e rural para uma participação crítica e consciente na práxis transformadora. Trata-se de uma retomada considerando que as experiências de educação popular sob a orientação pedagógica de Paulo Freire que se desenvolveram, inicialmente, vinculadas às Ligas Camponesas e outros movimentos de promoção da cultura popular como o Movimento de Educação de Base (MEB), os Centros Populares de Cultura (CPC), o Movimento de Cultura Popular (MCP) na ampla mobilização da população por

---

<sup>14</sup>A análise de James Petras (1995) sobre o que ele chama de “Derrotas Históricas” é a referência para uma reflexão sobre o conceito de derrota que o autor considera “conceito-chave”.





reformas de base no país, foram interrompidas com o desmonte destas instituições pela ditadura militar, na década de 1960, que, através do Ato Institucional-5, “tentou destruir o embrião de sociedade civil autônoma que vinha se esboçando” (COUTINHO,2000:5) e os pressupostos de uma orientação cultural nacional-popular na sociedade brasileira.

Assim, nos anos 1980, a educação popular nos moldes da pedagogia freiriana é recuperada e fortalecida como ferramenta para o desvendamento das contradições sociais, no movimento de luta e de articulação política por melhorias das condições de vida, que apontava para a contestação da ordem estabelecida e construção de uma nova sociedade<sup>15</sup>. Este movimento ganha força e maior expressão com as mobilizações operárias e greves do ABC paulista, em 1978 e se fortalece nos anos 1980, principalmente com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), e dos processos de mobilização pelas eleições diretas para Presidente da República e em relação ao processo constituinte que culmina com a promulgação da Constituição Federal, em 1988.

Nesse contexto, a educação popular é introduzida nas experiências acadêmicas em Serviço Social, no bojo da revisão curricular e implantação do novo currículo mínimo aprovado em 1982, que se contrapõe a formação tradicional conservadora forjada sob a influência norte-americana, até então hegemônica no país. A educação popular, como disciplina, passa a compor grades curriculares e como instrumento pedagógico em projetos de pesquisa-ação junto a processos organizativos e de luta da classe trabalhadora e em processos de redirecionamento político da intervenção profissional nas instituições tradicionais, principalmente nos campos da educação, da habitação e da saúde. É relevante destacar a participação de assistentes sociais mediada pelas entidades de representação e organização política da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS) e dos estudantes (ENESSO e CAs), em grandes mobilizações políticas: seja em torno da própria organização e questões específicas da profissão; seja em relação a questões mais amplas no âmbito da luta social, como as direcionadas para a elaboração das emendas populares no processo constituinte que culminaram com a incorporação de muitas demandas da classe trabalhadora como direitos. Um destaque para a participação dos assistentes sociais na luta pelo direito à assistência, em que se sobressai a atuação desses profissionais no trabalho de mobilização de outros sujeitos principalmente os diretamente atingidos por essa política e pelo aporte intelectual e articulação política desde o movimento constituinte, e depois na elaboração e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social/1993 (LOAS) e do Sistema Único de Assistência Social/2005 (SUAS), envolvendo os processos específicos

---

<sup>15</sup> “A perspectiva de construção de uma nova sociedade, no processo de busca de resposta pelas classes subalternas aos problemas históricos do país, que para muitos militantes e estudiosos, colocara-se como possibilidade concreta” (ABREU; LOPES, 2004), desenvolveu-se em sentido contrário à tendência regressiva do movimento operário, nos países centrais, duramente atingidos pelo aprofundamento da crise mundial do sistema capitalista desde aos anos 1970.



em relação às questões da criança, do adolescente, e do idoso, com a elaboração e implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e do Estatuto do Idoso; essas e outras conquistas requisitaram e ainda requisitam mobilização permanente na luta cotidiana na contra corrente neoliberal com vista à sua implementação e ampliação.

Entretanto, nos anos 1990, com o avanço da ofensiva neoliberal no país, são inflexionadas as bases materiais e político-ideológicas da luta social dos trabalhadores e, enfraquecidas as próprias condições de elaboração de sua estratégia político-cultural na luta pela hegemonia, em que a educação popular perde a ênfase, inclusive no campo da pesquisa e debate acadêmico, como ocorre no Serviço Social. Embora, possamos observar que a educação popular tende a ser redimensionada e incorporada de forma subjacente aos programas públicos de capacitação e qualificação profissional e demais políticas sociais como parte das estratégias participacionistas e de controle social<sup>16</sup>; além de os seus fundamentos, como retórica, perpassarem ações do empresariado consubstanciadas na “cultura da qualidade” em que se sobressaem os “círculos de controle de qualidade”, seguindo o que ocorreu, ainda que explicitamente nos anos 1940 e 1950, no âmago do projeto desenvolvimentista para a adequada formação da mão obra e controle do trabalhador.

Mas, a luta social de resistência<sup>17</sup>, como é exemplar o caso da luta pela terra com o destacado protagonismo do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) resgata e revigora educação popular na ótica classista, como eixo central da formação e organização política<sup>18</sup> dos trabalhadores rurais e da cidade. A educação popular é reafirmada como parte das estratégias de formação política e ideológica da classe trabalhadora face à necessidade de produção e difusão do conhecimento crítico sobre as condições de vida e sua difusão na formação de uma nova cultura.

Nesse quadro complexo, repõe-se a necessidade de recolocar no centro do debate profissional em Serviço Social a mobilização e da educação popular como estratégias político-pedagógicas indispensáveis da luta dos trabalhadores.

---

<sup>16</sup>Nos processos participacionistas no âmbito da implementação das políticas sociais, especialmente da assistência social, pela centralidade no enfrentamento das desigualdades sociais e controle da pobreza, sobressaem-se os conselhos de direitos e de políticas, as conferências e os fóruns como principais mecanismos cuja implementação recoloca para a profissão e para os usuários demandas de mobilização e participação.

<sup>17</sup>Vale destacar no revigoramento da educação popular e, em *particular*, da formação política, pelos movimentos sociais no contexto latino-americano, “a experiência da luta dos povos originários (Zapatistas/ México, Conaie/Equador e Cocaleros/Bolívia) e movimentos camponeses (MST- Brasil)”. (LEHER, 2011)

<sup>18</sup> Como assinala Leher (2011), “não foi por outro motivo que no Brasil o primeiro germe da universidade popular foi edificado pelo MST: a Escola Nacional Florestan Fernandes”.



## 5 - Considerações finais

A discussão desenvolvida sobre a intervenção profissional do Serviço Social, na *perspectiva emancipatória*, no Brasil, na atual fase do capitalismo não se esgota aqui, porque a discussão e a análise são, efetivamente, inesgotáveis e complexas. Tal complexidade se coloca desde a atual fase do capitalismo e a *perspectiva emancipatória* da classe trabalhadora e da humanidade a partir daí, ao pressuposto de que o Serviço Social, como profissão, é *uma expressão da práxis*, em sua constituição como uma totalidade histórica em quatro dimensões: intervenção, formação, produção de conhecimento e organização política, vinculadas organicamente. E é particularmente complexa a análise da dimensão interventiva, como base da definição da natureza e identidade do Serviço Social e a função pedagógica que a profissão exerce nessa dimensão, sendo esta a expressão primeira e a mais complexa na especificidade das quatro dimensões.

Temos que a intervenção profissional define-se historicamente a partir da luta de classes, no âmbito das mediações entre a busca da satisfação das necessidades sociais e o exercício do controle social, que estão na base da questão social, que é a referência histórica dos processos interventivos na sociedade. Dai a complexidade da dimensão interventiva do Serviço Social, mediada pelo mercado de trabalho e profundamente imbricada ao sistema de controle dominante, no atendimento de necessidades contraditórias das classes sociais, em que o Estado mantém-se como principal empregador.

Nesse confronto, reafirmamos a tese de que a resistência pela sustentação do Projeto Ético-Político Profissional impõe o avanço da criação/recriação de estratégias de intervenção profissional vinculadas ao movimento de rearticulação de forças na perspectiva da emancipação humana, que perpassam e reorientam a formação, a produção do conhecimento e a organização política dos profissionais.

Nessa direção, a intervenção profissional requisita a permanente atualização pedagógica, inspirada na pedagogia - de resistência e emancipatória – própria da formação da nova subjetividade da classe, consciência da classe – elemento central de uma nova cultura, mediante a qual, com afirma Gramsci (2001:280) a formação do novo modo de vida, possa consubstanciar-se na transformação em “liberdade” o que é hoje “necessidade”.

### Referências:

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. e CABRAL, M. do Socorro (1995). O Novo sindicalismo e o Serviço Social, Cortez, São Paulo.

ABREU, Marina Maciel (2002). Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional, Cortez, São Paulo.



ABREU Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. La solidaridad y el proyecto histórico de emancipación humana: cuestiones y perspectiva en Brasil (2004). Trabalho apresentado na II Conferencia Internacional "La obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI", em Havana, de 4 a 8 de maio de 2004. <http://www.nodo50.org/cubasigloXXI>. Disponível em: <[http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso04/batista\\_310504.pdf](http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso04/batista_310504.pdf)>. Acesso em 07/ 2014.

CARDOSO. Franci Gomes (2007). Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social: tendências quanto à concepção e organização de conteúdos na implementação das diretrizes curriculares. Revista Temporalis, ano VII, n.14, ABEPSS, Brasília.

COUTINHO, Carlos Nelson (2000). Cultura e Sociedade no Brasil. DP&A, Rio de Janeiro.

FERNANDES, Florestan. Revolução burguesa no Brasil (1976). Guanabara, Rio de Janeiro.

FREDERICO, Celso (organizador) (1991). A Esquerda e o Movimento Operário 1964-1984. Volume 3. A Reconstrução, Oficina do Livro, Belo Horizonte.

GRAMSCI, Antonio (1999). Os Cadernos do Cárcere. Volume 1, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Os Cadernos do Cárcere (2000). Volume 2., Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Os Cadernos do Cárcere (2001). Volume 4. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

IAMAMOTO, Marilda (2002). Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade. In IAMAMOTO, Marilda et al. Atribuições Privativas do (a) Assistente Social Em Questão. Brasília, CFESS.

\_\_\_\_\_. (1992). Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios Críticos Cortez, São Paulo.

PETRAS, James (1995). Ensaio Contra a Ordem. Scritta, São Paulo.

KONDER, Leandro (1992). O Futuro da Filosofia da Práxis: o pensamento de Marx no século XXI. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

LEHER, Roberto (2011). Educação Popular como Estratégia Política. <http://www.univos.com/acesso> dia 10/01/2011.



LOPES, Josefa Batista (1998). O Serviço Social na América Latina: nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade.. Tese de Doutorado em Serviço Social, PUC, São Paulo.

MARX, Karl (1993). Teses sobre Feuerbach. In M, Karl e ENGELS, F. A Ideologia Alemã (Feuerbach). Hucitec, São Paulo.

MÉSZÁROS, István (2002). Para além do capital. Boitempo, São Paulo.